IMPOSTO DO SÉLO — PROMESSA DE VENDA DE IMÓVEL — ARRAS

— O imposto do sélo recai sobre a quantia efetivamente entregue.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

União Federal versus City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited

Recurso extraordinário n.º 52.177 — Relator: Sr. Ministro
CÂNDIDO MOTA FILHO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, de recurso extraordinário número 52.177 — São Paulo — União v. City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited:

Acordam os Ministros da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade, não conhecer do recurso, incorporado a este o relatório e notas taquigráficas.

Brasília, 28 de março de 1963 — *Luis Gallotti*, Presidente. — *Cândido Mota Filho*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Cândido Mota Filho* — O que motivou esta ação ordinária foi a incidência do sélo nos contratos que faz a recorrida com seus clientes, na compra e venda de imóveis. Nesses contratos são passados recibos como sinal e princípio de pagamento, lavran-

do-se, a seguir, a escritura de promessa de compra e venda.

Pago inicialmente o sélo proporcional, só depois da compra e venda é que se conclui o pagamento do sélo e isto porque se trata de arras, que tem caráter penitencial, não constituindo, desse modo, uma obrigação, uma vez não concluído o contrato.

A recorrida pretende, com isso, a anulação do débito fiscal para com a Fazenda Nacional.

A ação foi julgada procedente, constando da sentença de fls. 128.

Esta foi confirmada pelo colendo Tribunal Federal de Recursos, na conformidade com o voto do eminente Ministro Cunha Vasconcelos (fls. 157).

Daí o extraordinário pela letra a do permissivo constitucional que foi indeferido pelo despacho de fls. 171, porque “o sélo recai apenas sobre a quantia efetivamente entregue”. O acórdão não decidiu contra a letra da lei.

Subiram os autos em consequência de agravo de instrumento, para melhor exame, amparado pelo douto parecer da Procuradoria-Geral da República, a fls. 191.

É o relatório.

VOTO

O Sr. *Ministro Cândido Mota Filho* (Relator) — O extraordinário é, tão-só, pela letra *a*, uma vez que a União recorrente invoca a violação dos arts. 83 e 94 da Lei do Sêlo.

A recorrida pagou o sêlo do art. 83 da citada lei e pretende que só é possível o pagamento do art. 94 por ocasião da escritura de compromisso de compra-e-venda, deixando-o de fazer de ar-ras que tem caráter penitencial.

Sustenta a União contudo, invocando Lacerda de Almeida, o arras tem caráter de contrato e de uma obrigação, arrastando-o, com isso, o compromisso do sêlo exigido por lei.

Não encontrei, no melhor exame que fiz do recurso, a alegada violação do art. 94 da Tabela de Sêlo, porque esse dispositivo visa a incidência sobre o contrato de compra-e-venda, o que não é o caso; exigência essa que ficou evidenciada como absurda no voto proferido pelo Primeiro Conselho dos Contribuintes, no acórdão n° 44.410, citado no Tribunal recorrido.

É verdade que a Fazenda sustenta que o sinal deve ser entendido, no caso, em conexão com o *Pactum distictae*, estipulado no final do documento.

A sentença mostrou quanto é realmente forçada qualquer interpretação nesse sentido, porque haveria, antes do mais, pela supressão da tributação sobre o centro de compromisso, prejuízo para a Fazenda e não suprimido, seria pago duas vêzes.

É o que me leva a não conhecer do recurso.

VISTA

O Sr. *Ministro Gonçalves de Oliveira* — Senhor Presidente, peço vista dos autos.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Pedeu vista o *Ministro Gonçalves de Oliveira*, após os votos dos *Ministros Relator e Pedro Chaves* não conhecendo do recurso.

Presidência do Exmo. Sr. *Ministro Cândido Mota Filho*.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. *Ministros Pedro Chaves, Gonçalves de Oliveira, Cândido Mota Filho, Ari Franco e Luís Gallotti*.

VOTO

O Sr. *Ministro Gonçalves de Oliveira* — Estou de acôrdo com o eminente relator.

No caso, a meu ver, o sêlo é realmente devido nos termos do art. 83 da Tabela da Lei do Sêlo.

Trata-se de simples sinal, não de contrato de compra-e-venda ou mesmo de promessa. Pode não haver o contrato se não houver aceitação do pretendente. Como assim exigir o sêlo com fundamento no art. 94 da Tabela que o prevê nas promessas de compra-e-venda pelo seu valor?

O documento, impugnado quanto ao sêlo, diz que a escritura será assinada para formalização do negócio. E, em todos os casos examinados pelo fisco, como consta dos autos, o sêlo foi pago quando o negócio se efetivou com a escritura, sem dedução do sêlo pago com base no art. 83.

Estou com o eminente relator: não conheço do recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Não conheceram, unânime-mente.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Luis Gallotti.

Relator: o Exmo. Sr. Ministro Cândido Mota Filho.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Ministros Pedro Chaves, Gonçalves de Oliveira, Ari Franco e Luis Gallotti.

Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Ministro Cândido Mota Filho.